

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2019

DISPENSA Nº 03/2019

PROCESSO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE PARCERIA ESTABELECIDADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DENOMINADA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANÉSIA, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO

1. DO OBJETO

O presente termo de Fomento tem por objeto o implemento da ação conjunta entre o **Município e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia** para atendimento na Educação Especial, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo –linguísticos e sociais, conforme Plano de Trabalho em anexo.

2. DA JUSTIFICATIVA:

O fundamento principal para a presente dispensa é o art. 30, VI, da Lei 13019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei 13.204/15, regulamentado pelo Decreto nº 1.867, de 27 de fevereiro de 2018.

O art. 30 da Lei Federal 13.019/2014 diz que:

“Art. 30 A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público: (...)VI – **no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação**, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor”
Lei 1.3.204/2015.

A legislação federal e a regulamentação municipal possibilitaram à administração pública, dispensar à realização de chamamento público com organizações da sociedade civil e entidades de atendimento vinculadas a serviços de educação.

A Constituição Brasileira tem como um dos seus fundamentos a dignidade da pessoa humana. A proteção aos portadores de necessidades especiais é um dever dos municípios, nos termos do art. 23, II.

**“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
I – (...)II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;”**

Outrossim é dever do Estado promover a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4(quatro) aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, bem como o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência”. (artigo 208, inciso I e III). ,

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, foi regulamentado pela Lei Federal nº 11.494/2007 e pelo Decreto Federal nº 6.153/2007 e implantado em janeiro de 2007.

Os recursos do FUNDEB tem como fonte de receitas o Fundo de Participação dos Estados – FPE, o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, o Imposto de Circulação de Mercadorias – ICMS, o Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional as exportações – Iplex, o Imposto sobre propriedade de Veículos Automotores – IPVA, o Imposto Territorial Rural (Quota Parte dos Municípios) – ITRm, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD, o ressarcimento pela desoneração de exportações e receitas da dívida ativa incidente sobre esses impostos. Além disso, uma parcela de recursos federais assegurados sob forma de Complementação da União, são transferidos para Fundos Estaduais e redistribuídos aos Municípios com base no número de matrículas escolares do ano anterior, no valor do aluno / ano e em outros fatores de ponderação.

Quanto a proporcionalidade de alunos matriculados para distribuição de recursos a Lei n. 11.494/2007, que regulamenta o FUNDEB, prevê o seguinte:

“Art. 8º A distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do numero de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica presencial, na forma do Anexo dessa Lei:

§ 1º Será admitido, para efeito da distribuição dos recursos previstos no inciso II do caput do art. 60 do ADCT, em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas efetivadas: [\(Redação dada pela Lei nº 12.695, de 2012\)](#)

I - na educação infantil oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos;

[\(Incluído pela Lei nº 12.695, de 2012\)](#)

II - na educação do campo oferecida em instituições credenciadas que tenham como proposta pedagógica a formação por alternância, observado o disposto em regulamento. [\(Incluído pela Lei nº 12.695, de 2012\)](#)

§ 2º As instituições a que se refere o § 1º deste artigo deverão obrigatória e cumulativamente:

I - oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos;

II - comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo;

III - assegurar a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional com atuação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo ou ao poder público no caso do encerramento de suas atividades;

IV - atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, inclusive, obrigatoriamente, ter aprovados seus projetos pedagógicos;

V - ter certificado do Conselho Nacional de Assistência Social ou órgão equivalente, na forma do regulamento.

§ 3º Será admitido, até a universalização da pré-escola prevista na [Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014](#), o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam a crianças de quatro a cinco anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. [\(Redação dada pela Lei nº 13.348, de 2016\)](#)

§ 4º Observado o disposto no parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no § 2º deste artigo, admitir-se-á o cômputo das matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, com atuação exclusiva na modalidade.

§ 5º Eventuais diferenças do valor anual por aluno entre as instituições públicas da etapa e da modalidade referidas neste artigo e as instituições a que se refere o § 1º deste artigo serão aplicadas na criação de infraestrutura da rede escolar pública.

§ 6º Os recursos destinados às instituições de que tratam os §§ 1º, 3º e 4º deste artigo somente poderão ser destinados às categorias de despesa previstas no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O artigo 9º da mesma lei preconiza que

“Art. 9º Para os fins da distribuição dos recursos de que trata esta Lei, serão consideradas exclusivamente as matrículas presenciais efetivas, conforme os dados apurados no censo escolar mais atualizado, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, considerando as ponderações aplicáveis.

§2º Serão consideradas, para a educação especial, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializadas.

Em resumo o atendimento educacional às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdatação deve ser prestado gratuitamente pelo Estado **preferencialmente na rede de ensino**, priorizando, sempre que possível na educação inclusiva de ensino em sala de aulas comuns.

Tal premissa, não impede, contudo, que, a depender das condições do aluno, verificada a impossibilidade de integração das classes comuns de ensino regular ou até mesmo, da necessidade de educação especial complementar, o discente seja inserido em classe, escola ou serviço especializado.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia, foi fundada em 12/06/1980. Atenderá através de sua Escola João Castejon Branco 30 alunos com deficiência intelectual e múltipla. O atendimento especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos considerando as suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e /ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia, e independência na escola e fora dela, melhorando a qualidade de

vida dos alunos e suas famílias. As necessidades educativas especiais incorporam os princípios de uma pedagogia equilibrada que beneficia a todos os atendidos.

A Associação de Pais e Amigos de Guaranésia – APAE tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida, de pessoas portadoras com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária. É uma organização a Sociedade Civil que participa no processo de planejamento, organização, coordenação, execução dos serviços de proteção social às pessoas portadoras de deficiências articuladas com as diversas políticas públicas estaduais e nacionais, promovendo a inclusão social e a cidadania da população em situação de vulnerabilidade social.

Os serviços oferecidos pela APAE são essenciais e imprescindíveis aos portadores de necessidades especiais cuja capacidade de atendimento abrange toda a população que dela necessita, com relevo ao atendimento das determinações constitucionais que se refere à dignidade da pessoa humana, fundamentalmente o direito universal à saúde, assistência pública e proteção a estas pessoas.

A Pessoa com deficiência tem necessidade de assistência e suporte especializado, devido às situações as quais a própria deficiência os coloca, tais como: violações dos direitos humanos, são mais dependentes economicamente, socialmente e emocionalmente e a falta de serviços e apoios adequados pode fazer com que, pessoas com deficiências se tornem extremamente dependentes de suas famílias, impedindo que ambas as partes se tornem economicamente ativas e socialmente incluídas. A família atendida na Instituição encontra-se em situação de vulnerabilidade social, devido à própria deficiência de um dos membros e por estarem expostas as situações violadoras de direitos, tais como: residentes em bairros periféricos com alto índice de violência e tráfico, violência doméstica, abuso sexual, rompimento e fragilização dos vínculos, alto grau de estresse do cuidador, desemprego ou subemprego, infraestrutura precária de moradia, famílias monoparentais em sua maioria chefiada por mulheres, baixa escolarização e renda familiar mensal precária.

Por todo o exposto, e considerando que a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANÉSIA atende aos requisitos para repasse dos recursos recebidos do FUNDEB, é uma entidade sem fins lucrativos.

Destarte, atendida toda a justificativa necessária para a celebração do Termo de Fomento sem o Chamamento Público, conforme previsto no art. 30, Inciso VI da Lei Federal 13.019/14. Ainda, atendendo aos dispositivos previstos no art. 32 do mesmo códex, restou detalhada de maneira pormenorizada a motivação pela qual se deixou de realizar o processo seletivo, cujo procedimento ora adotado, está disponível na Internet no sítio www.prefguaranesia.mg.gov.br, também devidamente publicado no mural do Paço Municipal conforme art. 95 da Lei Orgânica Municipal.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

Os recursos destinados ao custeamento do 02.60.01.12.367.0461.2.179.33.50.43.00

4. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

A entidade apresentou os seguintes documentos:

I – Estatuto devidamente registrado em cartório de pessoas jurídicas ou documento equivalente que comprove que a organização da sociedade civil é regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

- a) A denominação, os fins e a sede da associação;
- b) Os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- c) Os direitos e deveres dos associados;
- d) As fontes de recurso para sua manutenção;
- e) O modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
- f) As condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;
- g) A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas;
- h) Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- i) Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza.

II - Ata da eleição da diretoria atual da entidade, devidamente registrada;

III - Comprovante de inscrição no CNPJ, com no mínimo, um ano de existência, com cadastro ativo.

IV - Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

V - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas;

VI - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;

VII - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Estadual;

VIII - Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos municipais;

IX - Comprovante de endereço no Município de Guaranésia;

X - Cópia da matrícula do imóvel onde está a sede da entidade ou contrato de locação;

XI - Documentos pessoais do representante legal;

XII - Documento que comprove o nº da conta corrente no Banco do Brasil ou CEF, específica para movimentação do recurso proveniente do presente termo de fomento (deve ser uma conta corrente aberta exclusivamente para este fim);

XIII – Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número do órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil de cada um deles;

XIV – Declaração de organização contábil;

XV – Declaração do cumprimento das metas;

XV – Declaração de acesso à informação;

XIV – Certidão Negativa de prestação de contas;

XV – Declaração de acesso à informação;

XVI – Declaração de impedimentos à celebração de parceria;

5. PRAZO RECURSO

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta justificativa, para impugnação, nos termos do §2º, do art. 32, da Lei Nº 13.019/2014 e alterações posteriores.

Guaraniésia, 25 de março de 2019.

Comissão de Seleção

Carolina Aparecida Ribeiro

Ana Luiza Ribeiro Dias

Letícia de Freitas Rodrigues

Rosângela Balbino Moriconi

Ana Paula da Silva Moraes

TERMO DE FOMENTO 001/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANÉSIA

O **MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA**, inscrito no CNPJ sob nº 17.900.473/0001-48, com sede na Praça Rui Barbosa, 40, Centro, Guaranésia, Estado de Minas Gerais, por intermédio da **Secretaria de Educação**, neste ato representada pelo **Secretário Willians Gavioli**, inscrito no CPF Nº _____ e RG Nº _____, doravante denominado MUNICÍPIO e a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia** inscrita no CNPJ sob nº 21.417.837/0001-00, com sede na Rua Angelo Panissa, 80, Bairro Pássaro da Ilha, Guaranésia, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo senhor Presidente **Antônio de Carvalho**, CPF Nº _____ e RG Nº **MG** _____, doravante denominada ENTIDADE, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pela legislação competente, conforme disposto na Lei Complementar Nº 101/2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal Nº 1.867/2017 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo de Fomento tem por objeto o implemento da ação conjunta entre o **Município e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia** para atendimento na Educação Especial, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo –linguísticos e sociais, conforme Plano de Trabalho em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

2.1.1. **Caberá ao Município** por meio da Secretaria de Educação:

2.1.1.1. Repassar os recursos necessários ao desenvolvimento do objeto da presente parceria nas datas definidas no cronograma financeiro especificado no presente Termo de Fomento;

2.1.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria por meio do Gestor da Parceria adiante nomeado e da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

2.1.1.3. Ao gestor caberá emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará,

independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela Organização da Sociedade Civil;

2.1.1.4. Auxiliar de forma a sanar as dúvidas da Organização da Sociedade Civil em relação à prestação de contas;

2.1.1.5. Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, a Secretária de Educação deverá designar novo gestor de parceria, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações com as respectivas responsabilidades;

2.1.1.6. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

2.1.1.7. Divulgar pela internet os meios de devolução dos repasses devido à aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

2.1.1.8. Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

2.1.1.9 Acompanhar, supervisionar e avaliar, periódica e sistematicamente, as ações pedagógicas desenvolvidas pela INSTITUIÇÃO;

2.1.2.10. Realizar orientação, supervisão e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO.

Parágrafo único. É vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos, de qualquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento na educação infantil especial.

2.1.2 **Caberá à organização da sociedade civil:**

2.1.2.1 Atender as crianças, jovens e adultos que necessitem de educação especial definidos por equipe multidisciplinar;

2.1.2.2 **Atender** as crianças, observar diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

2.1.2.22. Manter, na fachada do imóvel e em local visível, placa indicativa do termo com o MUNICÍPIO,

2.1.2.3 Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, por meio de confecção de placas, todas as parcerias celebradas com o Poder Público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único, do art. 11 da Lei nº 13.019/2014

2.1.2.4 Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente termo, assegurando aos mesmos

a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informação nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

2.1.2.5 Obter e manter autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação;

2.1.2.6 Informar à Secretaria Municipal de Educação, o calendário de suas atividades, bem como período de férias e recessos;

2.1.2.7 Comunicar, de imediato, ao Secretaria Municipal de Educação, paralisações de atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de crianças atendidas, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

2.1.2.11. Comunicar previamente à Secretaria de Educação qualquer mudança de endereço;

2.1.2.9 Informar às famílias de crianças atendidas sobre as bases do convênio;

2.1.2.10 Elaborar e executar suas propostas pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino;

2.1.2.11 Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste termo. Os profissionais que lidam diretamente com crianças de zero a seis anos deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade normal, art. 62 da LDB. Para o cargo de gestão / coordenação / direção, o profissional deverá ter a formação em nível de graduação em pedagogia ou pós-graduação, conforme art. 64 do LDB;

2.1.2.12 Apoiar e integrar, num esforço conjunto com os demais órgãos do Sistema, ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

2.1.2.13 Apresentar ao Secretaria Municipal de Educação o controle de frequência das crianças atendidas na Secretaria Municipal de Educação;

2.1.2.14 Apresentar na Secretaria Municipal de Educação, relatório trimestral de desempenho dos componentes: educação e saúde;

2.1.2.15 Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula terceira, exclusivamente no cumprimento do objetivo de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

2.1.2.16 Apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Educação a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente termo bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula nona;

2.1.2.17 Manter todas as condições e critérios avaliados. Quando da habilitação, vigentes e válidos durante todo o período do termo;

2.1.2.18 Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar; e,

2.1.2.19. Zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo Município;

2.1.2.20. Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;

2.1.2.21. Manter escrituração contábil regular relativa aos recebimentos de recursos oriundos da presente colaboração e quanto às validades das certidões negativas ou positivas com efeito de negativas exigidas no presente edital;

2.1.2.23. Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento de acordo com os modelos de documentos que a Prefeitura passará à entidade;

2.1.2.24. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

2.1.2.25. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

2.1.2.26. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

2.1.2.27. Apresentar prestação de contas que permitam ao Gestor da Parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados até o período de que trata a prestação de contas;

2.1.2.28. Apresentar ao Gestor da Parceria, antes do repasse dos recursos, por meio de relatório circunstanciado, a prestação de contas prévia e

2.1.2.29. Encaminhar a prestação de contas final da parceria até 30 dias após o encerramento da mesma;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. O Município repassará em uma única parcela o valor de **R\$ 139.510,16 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e dez reais e dezesseis centavos)** a ser depositada na Agência Bancária **2096-6**, Conta nº **33.032-9** do Banco **do Brasil**, conforme cronograma de desembolso abaixo especificado.

3.2. Cronograma de Desembolso:

Mês	Data máxima para liberação	Valor	Mês	Data máxima para liberação	Valor
Janeiro			Julho	05	R\$ 13.951,02
Fevereiro			Agosto	05	R\$ 13.951,02
Março			Setembro	05	R\$ 13.951,02
Abril	05	R\$ 27.902,04	Outubro	05	R\$ 13.951,02
Maio	05	R\$ 13.951,02	Novembro	05	R\$ 13.951,02
Junho	05	R\$ 13.951,02	Dezembro	05	R\$ 13.951,02

3.3. Os repasses poderão ser alterados de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município, previamente acordado com a Entidade.

3.4. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação consignada no orçamento vigente: 02.60.01.12.367.0461.2.179.33.50.43.00.

3.5. A parcela do recurso transferida no âmbito da parceria será liberada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado e depositadas na conta específica indicada pela ENTIDADE, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

3.5.1. Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da ENTIDADE com relação a outras cláusulas básicas;

3.5.2. Quando a ENTIDADE deixar de adotar medidas saneadoras apontadas pelo Gestor da Parceria ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

3.5.3. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da presente dispensa, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

3.5.4. No caso de cancelamento de restos a pagar, o MUNICÍPIO autorizará que a ENTIDADE. reduza os quantitativos previstos no Plano de Trabalho, até a etapa que apresente funcionalidade.

3.6. O repasse mensal à INSTITUIÇÃO será calculado da seguinte forma:

3.6.1. Valor anual Estimado por Aluno da Educação Especial x Quantidade de Alunos
Válidos no Censo Escolar Vigente ÷ 12 meses.

Parágrafo único. O valor do repasse poderá sofrer alterações durante o ano devido à variação da arrecadação da União e dos Estados

CLÁUSULA QUARTA – DO GESTOR DA PARCERIA

Fica designada como Gestora da Parceria ora firmada a servidora **Rosane de Moraes Figueiredo**, matrículas **286 e 1584**, **brasileira**, **casada**, portadora do RG nº / MG. e do CPF nº , Guaranésia / MG devidamente nomeada por meio da **Portaria nº 085, de 25 de março de 2019**, com as seguintes obrigações:

4.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução das parcerias;

4.1.2. Avaliar o andamento e concluir se objeto da parceria foi executado conforme pactuado;

4.1.3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação, o qual deverá conter:

4.1.3.1. A descrição sumária das atividades e metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

4.1.3.2. Análise das atividades realizadas, no cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

4.1.3.3. Os valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;

4.1.3.3. Quando for o caso, os valores pagos em espécie, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;

4.1.3.4. Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

4.1.3.5. Informar ao Prefeito Municipal a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotada ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.

4.1.3.6. Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal 1.867/2017.

4.1.3.6.1. Na hipótese do Gestor da Parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, a Secretaria de Desenvolvimento Social designará o novo gestor, assumindo enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O Monitoramento e a Avaliação do objeto da presente parceria serão realizados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada para esta finalidade por meio da Portaria nº 343 de 23 de agosto de 2018, a qual se incumbirá dos procedimentos do acompanhamento das parcerias celebradas, em caráter preventivo e saneador, para apoiar a boa e regular gestão das parcerias por meio de análise de documentos, pesquisa de satisfação e visitas *in loco*, ficando a mesma obrigada a:

5.1. Emitir relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

5.2. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação sobre a conformidade do objeto e os resultados alcançados durante a execução do presente Termo de Fomento, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

5.2.1. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

5.2.2. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

5.2.3. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

5.2.4. Os valores pagos a título de custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;

5.2.5. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

5.2.6. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles, interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

5.3. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

5.3.1. Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

5.3.2. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA SEXTA – MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DO RECURSO

6.1. O Município transferirá os recursos em favor da Organização da Sociedade Civil **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia**, conforme Cláusula Terceira, em conta bancária específica vinculada a este Termo; sendo a apresentada: **Banco do Brasil, Agência 2096-6, Conta Corrente 33.032-9.**

6.2. É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

6.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.4. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

6.4.1. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

6.4.2. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação as obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

6.4.3. Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

6.4.4. Em caso de não apresentação da prestação de contas parcial e final.

6.4.6. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

6.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

6.6. Estando comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, poderá admitir a realização de pagamento através de emissão de cheques de titularidade da OSC, através de justificativa a ser emitida para o setor de prestação de contas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade prestará contas da utilização dos recursos financeiros repassados por força deste Termo de Fomento, respeitando as instruções da Lei 13.019/2014.

7.1. A prestação de contas deverá ser apresentada, impreterivelmente nas seguintes (s) data (s) abaixo especificada (s)

Descrição	Prazo Máximo para entrega	Prazo Máximo para análise
Prestação de contas final	31/01/2020	31/03/2020

7.2. Caso a (s) data (s) recaia (m) em feriado municipal ou em ponto facultativo nas repartições públicas, a prestação de contas deverá ser entregue no dia útil imediatamente posterior.

7.3. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados. Esta prestação deverá ser encaminhada 30 (trinta) dias antes do recebimento do próximo repasse para acompanhamento até 30 dias após o encerramento da vigência da celebração de parceria.

7.4. A prestação de contas deve ser entregue e consistir dos seguintes documentos:

7.4.1. Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

7.4.2. Na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das

despesas e receitas efetivamente realizadas, assim como notas e comprovantes fiscais, incluindo recibos, emitidos em nome da organização da sociedade civil;

7.4.3. Extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria, se necessário acompanhado de relatório sintético de conciliação bancária com indicação de despesas e receitas;

7.4.4. Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;

7.4.5. Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;

7.4.6. Deverão ser apresentados junto com as despesas, no mínimo 03 cotações de preços de cada gasto efetuado, bem como as notas fiscais respectivas.

7.4.7 Relatório de monitoramento conforme modelo disponibilizado.

7.5. A Administração Pública Municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

7.5.1. Relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

7.5.2. Relatório técnico de monitoramento e avaliação elaborado pelo gestor, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento ou de fomento.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS VALORES

Em caso de uso irregular ou indevido dos recursos repassados, a ENTIDADE será notificada a sanar as irregularidades ou restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores atualizados, a partir da data de recebimento, pelo Fator de Atualização Monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

CLÁUSULA NONA – DAS VEDAÇÕES

A ENTIDADE deverá executar o objeto constante do plano de trabalho em anexo ao presente Termo de Fomento com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

9.1 Realizar despesas a título de taxa bancárias e administração, de gerência ou similar da parceria;

9.2 Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela administração pública;

9.3 Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

9.4 Realizar despesas em data anterior à vigência da parceria;

9.6 Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da administração pública;

9.7. Transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres;

9.8. Realizar despesas com:

9.8.1 Multas, juros ou correções monetárias, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

9.8.2 Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

9.8.3 Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não esteja ligado diretamente com a execução do objeto;

9.8.4.Obra (construção, ampliação, conclusão, adaptação e reforma);

9.8.5.Aquisição de equipamentos e

9.8.6.Contratação de despesas com auditoria externa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O presente termo de Fomento terá vigência até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado desde que:

10.1.1. Manifestado interesse das partes;

10.1.2. Formalizado em termo competente;

10.1.3. Aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento será rescindido de pleno direito independentemente de interpretação judicial ou extrajudicial, em caso de infringência de quaisquer cláusulas ou condições, ou, de acordo com a manifestação de uma das partes dessa intenção comunicada por escrito no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1. A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

12.2. Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto, a menos que haja interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

13.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

13.1.1. Advertência;

13.1.2 Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

13.1.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula 13.1.2.

13.1.4. As sanções estabelecidas nas cláusulas 13.1.2 e 13.1.3 são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DENÚNCIA

Quando da denúncia, rescisão ou extinção da fomento, caberá a Entidade apresentar ao Município, no prazo de dez dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

15.1. A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo órgão de imprensa oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 5 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

15.2. A publicação do presente Termo de Fomento será de responsabilidade e correrá à conta de dotação própria da Prefeitura, feita conforme disposto no artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Guaranésia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

16.1 Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas da Secretaria Municipal de Educação, colaborar e executar sua proposta pedagógica, conforme

16.1.1. A elaboração da proposta, político-pedagógica deve resultar de processo de participação

coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadas, professores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação.

16.1.2. A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela Secretaria Municipal de Educação, durante todo período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das crianças à vivência plena da infância e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

16.1.3. A instituição deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de até doze meses da vigência do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

17.1 A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução das atividades.

17.1.1. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade de seu pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1 Os recursos repassados, conforme cláusula terceira, poderão ser aplicados de acordo com a Lei 9.394/96 e os seguintes itens;

- 10.1.1 Remuneração de pessoal e encargos;
- 10.1.2. Aquisição de material didático-pedagógico;
- 10.1.3. Aquisição de material de consumo;
- 10.1.4. Aquisição de material de expediente;
- 10.1.5. Aquisição de materiais para pequenos reparos;
- 10.1.6. Pagamentos de serviços de terceiros;
- 10.1.7. Manutenção de equipamentos;
- 10.1.8. Transporte escolar; e,

10.1.9. Pagamento de contas de água / luz / telefone / gás

10.1.9.1. É vedada a aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas na LDB e nos itens abaixo, tais como:

10.1.9.1.1. Multas, juros e correção monetária decorrente de pagamento fora de prazo;

10.1.9.1.2. Empréstimo não autorizados;

10.1.9.1.3. Passagens aéreas e terrestres;

10.1.9.1.4. Hospedagem;

10.1.9.5. Promoções de festas e eventos;

10.1.9.6. Aquisição de material permanente e/ou bens;

10.1.9.7. Construção e

10.1.9.8. Pagamento de encargos e impostos anteriores à celebração do convênio.

CLÁUSULA VIGESIMA – DOS SALDOS DE CONVÊNIO

20.1. Os saldos de convênio, enquanto não utilizados pela INSTITUIÇÃO, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança aberta para este fim, se a previsão de seu uso for igual ou superior ao mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando da utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês, sempre em instituição financeira oficial.

20.1.1. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

21. Acordam os Participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

21.1. As comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por documentos protocolizados, sendo que correspondências enviadas pelo Correio ou e-mail apenas serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

21.2. As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 As partes elegem o Foro da Comarca Guaranésia/M.G., para dirimir as questões pendentes, oriundas na execução do presente Termo de Fomento.

22.2 E, por estarem justas e avençadas, firmam as partes o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito de direito, na presença de duas testemunhas.

Guaranésia, _____ de _____ de 2019.

Willians Gaviolli da Silva
Secretária de Educação

Antonio Carlos de Carvalho
Presidente da OSC

Ciente,

Laércio Cintra Nogueira
Prefeito

Flávia Scardazzi Porto Cardoso
Procuradora e Corregedora Geral

Testemunhas:

Nome:

CPF

Nome:

CPF:

 GUARANÉSIA PREFEITURA DA CIDADE	ANEXO II PLANO DE TRABALHO	TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019 FOLHA 01
--	---	--

CONVENIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

1- Identificação do Conveniado

Nome do Órgão/Entidade/Conveniente:

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANÉSIA - APAE

Endereço Sede (Av., Rua, n.º)

Rua: ANGELO PANISSA, 80 – PÁSSARO DA ILHA

CNPJ

21.417.837/0001-00

Bairro

PÁSSARO DA ILHA

FAX

35 3555-1498

Telefone

(35) 3555-2203

Pessoa para contato

Irene N.M. Vecchi

Endereço de contato

Rua Ângelo Panissa, 80

Bairro

Pássaro da Ilha

Município

Guaranésia

Distrito

Caixa Postal

CEP

37.810-000

E-mail: **apaeguaranesia@yahoo.com.br**

Banco Brasil S.A

Agência

2096-6

Conta

33.032-9

Praça de Pagto.

Guaranésia/MG

2- Identificação do Representante Legal do Conveniado

Nome:

Antonio de Carvalho

Endereço: **Rua Arlindo José Dias, 85**

Bairro: **Centro**

Município: **Guaranésia / MG**

Telefone: **3555-1090**

CEP: **37.810-000**

Cargo:

Presidente

Venc. Mandato:

31/12/2019

Nacionalidade:

BRASILEIRA

CPF:

121.069.096-91

Cart. de Identidade:

MG-15.204.505

Órgão Expedidor:

SSP MG

 GUARANÉSIA PREFEITURA DA CIDADE	<p align="center">ANEXO II PLANO DE TRABALHO</p>	<p align="center">TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019 FOLHA 01</p>
--	--	--

3- Caracterização da Proposta

Tipo de Atendimento Direto	Período de Execução Março / 2019 à Dezembro /2019
--------------------------------------	---

3.2 - Objetivos (O que o Conveniente pretende alcançar desenvolvendo o projeto. Que benefício pretende conseguir para a comunidade. Características básicas, como, sua localização e dimensões):

O implemento de ação conjunta entre o Município e a APAE para atendimento na Educação Especial, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos linguísticos e sociais.

3.3 - Justificativa (Por que o Conveniente pretende o apoio da Prefeitura para o projeto? Quais as necessidades e anseios da comunidade o projeto poderá contemplar? Que retorno poderá proporcionar em termos econômicos e sociais ao Município?)

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaraniésia foi fundada em 12/06/1980. Atenderá esse ano através de sua escola João Castejon Branco 30 alunos com deficiência intelectual e múltipla. O atendimento especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, melhorando a qualidade de vida dos alunos e suas famílias. As necessidades educativas especiais incorporam os princípios de uma pedagogia equilibrada que beneficia a todos os atendidos. As diferenças humanas são normais e a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada um. O ensino adapta aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo para cada indivíduo. O presente recurso é importante para o desenvolvimento das atividades da APAE.

3.4 - Metas (Identificar o que será alcançado e a sua medida física. Os elementos que compõem o objeto. Se for evento, qual a data da realização?):

Proporcionar o desenvolvimento integral do aluno através de uma educação que contemple os conteúdos das áreas de conhecimentos articulados o desenvolvimento das habilidades conceituais-intelectuais, práticas-operativas e sociais, visando a aprendizagem funcional para a melhor qualidade de vida do aluno com deficiência.

 GUARANÉSIA PREFEITURA DA CIDADE	ANEXO II PLANO DE TRABALHO	TERMO DE FOMENTO Nº 001/2019 FOLHA 01
--	---	---

3.5 - Descrição de Etapas ou Fases de execução/previsão de início e fim da execução do objeto

Etapa ou fase de execução	Tempo de execução (início e fim)
Atividades necessárias ao desenvolvimento intelectual do aluno com necessidade especiais	Março / 2019 à Dezembro / 2019

4 . Planilha Orçamentária de Custos

Exercício de 2019

Item	Especificação do material e serviço (*)	Unid. de Medida	Quant.	Custos em R\$ 1,00	
				Unitário	Total
1	Remuneração de pessoal e encargos; Aquisição de material didático-pedagógico, de expediente e de consumo; Aquisição de materiais para pequenos reparos; Pagamento de serviços de terceiros; Manutenção de equipamentos e do imobilizado; Pagamento despesas com manutenção de veículos do transporte escolar, combustível Pagamento água/luz/telefone/Internet/gás Promoção de eventos educacionais; Aquisição de Uniformes; Passeios e Excursões.	34		4.103,24	139.510,16

VALOR TOTAL DA PROPOSTA	139.510,16
--------------------------------	-------------------

5. Cronograma de Desembolso		
	<u>CONVENENTE</u>	<u>CONVENIADO</u>
05/04/2019	R\$ 27.902,04	R\$ 0,00
05/05/2019	R\$ 13.951,02	R\$ 0,00
05/06/2019	R\$ 13.951,02	R\$ 0,00
05/07/2019	R\$ 13.951,02	R\$ 0,00
05/08/2019	R\$ 13.951,02	R\$ 0,00
05/09/2019	R\$ 13.951,02	R\$ 0,00
05/10/2019	R\$ 13.951,02	R\$ 0,00
05/11/2019	R\$ 13.951,00	R\$ 0,00
05/12/2019	R\$ 13.951,00	R\$ 0,00

6. Plano de Aplicação dos Recursos: (Para preenchimento da Prefeitura)
<u>Dotação Orçamentária:</u>

7 - Declaração:
<p>Venho submeter à apreciação de V.Sas. o presente Plano de Trabalho, tendo em vista transferência de recurso para firmar Termo de Fomento junto ao Município de Guaraniésia.</p> <p style="text-align: center;">Antonio de Carvalho Presidente</p> <p style="text-align: center;">PARECER DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PARCERIAS</p> <p>Conforme análise do Plano de Trabalho emitido pela entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaraniésia referente a celebração de um Termo de Fomento, cujo objeto é</p> <p>Conforme análise do Plano de Trabalho emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Social referente a celebração de um termo de colaboração cujo objeto <u>é o repasse financeiro para entidade, sem fins lucrativos, de cunho social, de longa permanência, voltada a ações de planejamento, organização, execução dos serviços de proteção social à pessoas portadoras de deficiências, articuladas com as diversas políticas públicas estaduais e nacionais, promovendo a inclusão social e a cidadania da população em situação de vulnerabilidade social, para atendimento de recurso recebido por intermédio da emenda individual nº 31860005, repassado através do Ministério de Desenvolvimento Social ao Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 50.000,00, na modalidade de programação de incremento temporário às ofertas</u></p>

socioassistenciais, verificou-se que o Plano de Trabalho **atendeu ao disposto no art. 22 da Lei 13019/2014.**

Aprovação da Comissão de Seleção nomeada pela Portaria 340/2018

Guaranésia, ____ de março de 2019.

Carolina Aparecida Ribeiro

Ana Luiza Ribeiro Dias

Letícia de Freitas Rodrigues

Rosângela Balbino Moriconi

Ana Paula da Silva Moraes